

Aviso n.º 5885/2013

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que cessaram, as seguintes relações jurídicas de emprego público, por tempo indeterminado, por motivos de aposentação, os seguintes trabalhadores desta autarquia:

Maria Helena Lisboa Claro, com a categoria de Assistente Operacional, colocado entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória e entre o 1.º e 2.º nível, correspondente ao vencimento de 487,46 €, desligado do serviço a partir de 01 de novembro de 2012;

José Mário da Costa Pinto, com a categoria de Assistente Operacional, colocado entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória e entre o 1.º e 2.º nível, correspondente ao vencimento de 503,75 €, desligado do serviço a partir de 01 de dezembro de 2012;

Manuel Nunes Perdigão, com a categoria de Assistente Operacional, colocado entre a 6.ª e 7.ª posição remuneratória e entre o 6.º e 7.º nível, correspondente ao vencimento de 727,27 €, desligado do serviço a partir de 01 de janeiro de 2013;

24 de abril de 2013. — O Vereador do Pelouro dos R. H., *Dr. Marco António Ferreira Domingues*.

306920205

Declaração de retificação n.º 546/2013

Para os devidos efeitos se torna público que se procede à retificação do edital (extrato) n.º 375/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril de 2013. Assim, onde se lê «Mais torna público que o referido regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*» deve ler-se «Mais torna público que o referido regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte após a publicação do presente extrato no *Diário da República*».

23 de abril de 2013. — O Vereador da Câmara Municipal, *Marco António Ferreira Domingues*.

206916975

Declaração de retificação n.º 547/2013

Para os devidos efeitos se torna público que se procede à retificação do edital (extrato) n.º 374/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril de 2013. Onde se lê «Mais torna público que o referido regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*» deve ler-se «Mais torna público que o referido regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte após a publicação do presente extrato no *Diário da República*».

23 de abril de 2013. — O Vereador da Câmara, *Marco António Ferreira Domingues*.

206916959

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA**Aviso n.º 5886/2013**

Torna-se público que, em conformidade com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, o projeto de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia, aprovado em 09.04.2013. As sugestões e pareceres deverão ser enviados, dentro do prazo referido, em carta dirigida à direção municipal de assuntos jurídicos — divisão municipal de consultadoria jurídica — Apartado 239, 4431-903, Vila Nova de Gaia.

19 de abril de 2013. — A Vereadora, com competências delegadas, *Veneranda Barbosa Carneiro*.

Regulamento de taxas e outras receitas do Município de Vila Nova de Gaia**Nota justificativa**

No âmbito do Programa Simplex, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, no contexto da iniciativa designada “Licenciamento Zero”.

Este diploma que visa a desmaterialização e a simplificação do regime de licenciamento de diversas atividades económicas, destinada a reduzir encargos administrativos sobre empresas e cidadãos, mediante

a eliminação de licenças, autorizações, autenticações, certificações, e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização, aprovou um novo paradigma na administração autárquica, com profundas alterações ao nível da matriz tributária municipal.

Prevê-se agora para além da figura tradicional do licenciamento aplicável aos atos que não se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o procedimento de informação de viabilidade, de mera comunicação prévia e de comunicação prévia com prazo.

Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que se processará via eletrónica, através de um Balcão Único Eletrónico, designado “Balcão do Empreendedor”, criado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.

Impõe-se, neste sentido, uma alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município e dos seus anexos I e II, criando, alterando ou extinguindo algumas taxas.

Aproveitou-se, de igual forma, a oportunidade para corrigir pequenas imprecisões e alguns ajustamentos, por forma a uma melhor adequação do Regulamento às vicissitudes que foram surgindo.

Destas, destaca-se a eliminação de algumas taxas relativas a serviços prestados pelos Bombeiros e Proteção Civil dado que com a entrada em vigor do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil poderia haver lugar a dupla tributação.

Dada a amplitude das alterações ora propostas optou-se por republicar na íntegra o Regulamento, com as alterações propostas.

Preâmbulo

O presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia pretende dar cumprimento às exigências criadas pelo novo regime financeiro das autarquias locais fixado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e pelo novo regime das taxas das autarquias locais fixado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, assegurando o respeito pelos princípios fundamentais orientadores nela elencados, com destaque para a expressa consagração das bases de incidência objetiva e subjetiva, do valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, da fundamentação económico-financeira dos tributos, das isenções e respetiva fundamentação, dos meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, do pagamento em prestações, bem como da liquidação e, ainda, das garantias dos sujeitos passivos.

Sistematicamente, manteve-se a estrutura formal desde sempre adotada pela Autarquia, ou seja: um Regulamento e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas que dele faz parte integrante e introduz-se um novo anexo que apresenta a Fundamentação Económico-Financeira das respetivas taxas.

No plano financeiro, e de acordo com a regra prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, em regra, o valor das taxas constantes no presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia foi apurado com base nos custos médios diretos e indiretos, ficando excluídas da aplicação estrita deste critério, se bem que tenha ficado acautelado o princípio da proporcionalidade, as taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos atos ou operações, bem como as taxas sobre atividades de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de atividades que representem um risco para os bens jurídicos previstos em legislação específica, e as taxas obtidas pelo critério do benefício auferido pelo particular com o licenciamento ou autorização, concretizável, como é sabido, no acréscimo patrimonial decorrente da remoção de um obstáculo jurídico ou a utilização de um bem público.

O Regulamento, a Fundamentação Económico-Financeira e a Tabela de Taxas e Outras Receitas em anexo, têm como diplomas e normas habilitantes o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Lei das Taxas das Autarquias Locais), as alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os artigos 10.º, 11.º, 12.º, 15.º, 16.º, 55.º e 56.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), o Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, revisto e republicado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, Lei n.º 53-A/2006, de 29 de